

PROBLEMAS ÉTICO-INVESTIGATIVOS NA PESQUISA COM TESTEMUNHAS HISTÓRICAS¹

Almut Leh²

Resumo: Esse artigo descreve considerações éticas na prática da história oral na Alemanha. O artigo considera os motivos do entrevistado, os interesses do pesquisador, o dilema ético de entrevistas abertas, a relação entre entrevistador e entrevistado, o "duplo papel" do entrevistado, a estrutura de uma entrevista, o anonimato, a influência do entrevistado na transcrição, a ética na interpretação e publicação, o conceito e a prática de confrontar o entrevistado com a interpretação que o entrevistador faz de sua história de vida e a ética em relação ao arquivamento de entrevistas.

Palavras-Chave: História oral; ética; metodologia.

ETHICAL PROBLEMS IN RESEARCH INVOLVING CONTEMPORARY WITNESSES

Abstract: This article describes ethical considerations in the practice of oral history in Germany. It considers interviewee's motives, researcher interests, the ethical dilemma of open-ended interviews, the relationship between interviewer and interviewee, the interviewee's "double role," the structure of an interview, anonymity, the interviewee's influence on the transcript, the ethics of interpretation and publication, the concept and practice of confronting the interviewee with the interviewer's interpretation of his or her life story, and the ethics regarding archiving of interviews.

Keywords: Oral History, ethic, methodology.

Em minhas reflexões a respeito de problemas ético-investigativos da pesquisa com testemunhas históricas, bastante cedo se me impôs a pergunta: eu estaria realmente pronta para dar uma entrevista biográfica? Certamente, a minha história de vida ainda é

¹ Tradução: Adriano Steffler. Revisão: Méri Frotscher. Tradução baseada no texto original publicado em alemão: Forschungsethische Probleme in der Zeitzeugenforschung. *BIOS - Zeitschrift für Biographieforschung und Oral History*, ano 13, n. 1, p. 64-76, 2000. Uma versão em espanhol foi publicada em *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, 3, 29, p. 155-165, 2003 e outra, em inglês, em *Oral History Forum d'histoire orale*, n. 29, 2009.

² Desde 1991 a autora dirige o Arquivo "Deutsches Gedächtnis" (Memória alemã) no Instituto de História e Biografia da Universidade à Distância de Hagen, Alemanha, que tem sob sua guarda a maior coleção de entrevistas de história de vida e narrativas autobiográficas escritas do país, como (auto)biografias, diários e cartas. É também editora e redatora da revista de história oral alemã "BIOS-Zeitschrift für Biographieforschung, Oral History und Lebensverlaufsanalysen" e membro permanente do conselho da Associação Internacional de História Oral – IOHA. Tem inúmeras publicações sobre história das mentalidades alemã no século XX, questões éticas e metodológicas da História Oral e sobre o arquivamento de entrevistas de história de vida.

relativamente curta e, na maioria dos casos, são entrevistadas pessoas muito mais velhas do que eu e que, talvez por isso, tenham mais a contar. Possivelmente eu seria interessante para uma pesquisa biográfica educacional sobre “vítimas da escola secundária reformada” ou para um estudo sociológico sobre filhas de pastores, que, com frequência, mas nem sempre, tendem a extremos políticos. De qualquer forma, como eu reagiria?

A minha resposta espontânea provavelmente seria não, afinal, sabe-se o que nos espera numa entrevista. Porém, eu certamente faria, ainda mais uma vez, um balanço de mim mesma, porque minha recusa me pareceria injusta; injusta, porque no meu trabalho eu mesma sou instruída a fazer com que outros concordem com essa solicitação. Por que eles fazem isso?

O levantamento de dados por meio da entrevista

Quais razões podem ser importantes quando alguém se dispõe a dar uma entrevista biográfica? Qual interesse alguém pode ter para dispendir uma ou até duas tardes e empregar muito trabalho na rememoração?

- Ele ou ela pode querer ajudar o pesquisador como pessoa ou esperar uma relação com o entrevistador, especialmente se o entrevistado é uma pessoa solitária.
- Ele pode se sentir honrado por ser solicitado a contribuir para a ciência.
- Ele pode querer servir a uma causa, a um grupo político ou social com sua entrevista.
- Ele pode ter um interesse social, político ou religioso em transmitir as suas experiências e a sua visão de mundo ou pode querer transmitir a sua experiência de vida para uma geração mais jovem.
- Ele também pode, contudo, revelar conclusões em seu próprio modelo de comportamento ou em sua situação de vida e alegrar-se com a oportunidade de poder contar a própria história de vida para uma pessoa acessível, seja no sentido de fazer o próprio balanço ou de transmitir a experiência de vida (Cf. Fuchs, 1982, p. 44ss e Fuchs-Heinritz, 2000)

A questão sobre quais razões e interesses predominam, dependerá, por fim, da respectiva situação de vida e da filosofia de vida do indivíduo. De qualquer forma,

todos esses interesses são legítimos, e é tarefa do pesquisador prezar pela clareza e encontrar regras para os pontos em que esses interesses entram em conflito com os seus próprios. Então, ele quase não estará em condições de cumprir o anseio por uma relação social de longo prazo, e ele também não terá interesse em uma troca geral de experiência de vida. Ele deveria antes, de sua parte, tornar bastante claro quais são os *seus* motivos e, dessa forma, considerar que a disponibilidade para negociar do parceiro de entrevista é, em todo caso, também uma concessão em relação a ele. Assumimos, portanto, que se chega à entrevista. O que ocorre depois, sob pontos de vista ético-investigativos?

Boas recomendações para a condução de uma entrevista de história oral visam a levar o parceiro de entrevista a contar o máximo possível, sobretudo também coisas que ele, sem mais, não contaria. Uma série de medidas deve promover exatamente isso:

- O entrevistador deve tentar alcançar a confiança, partindo do contato inicial, passando pela escuta amistosa e interessada e chegando à garantia de um tratamento adequado das informações.
- Com lema “dar segurança ao parceiro de entrevista” é feita referência ao sentido de uma atmosfera familiar. Não se deve fazer o parceiro de entrevista ficar inseguro por causa de um ambiente estranho, mas sim, se possível, fazê-lo se sentir em casa. No entanto, a escolha do local da entrevista, de fato, significa também uma invasão da esfera privada do parceiro de entrevista. Ela também serve para obter outras informações aproveitáveis: desde o tipo de mobília, os hábitos de vida e as ocupações do tempo livre, até a forma de conviver com o companheiro de vida.
- Além disso, qualquer incerteza sobre a insignificância de sua biografia, possivelmente temida pelo entrevistado, deve ser afastada dele: ele é um “perito” de sua história de vida, ele é uma testemunha histórica. Essa situação implica aceitar piamente as suas declarações e, prudentemente, esconder dele que ele poderia ser um “inimigo da corporação dos historiadores”.
- Aliás, recomenda-se não informar com muita exatidão sobre as problemáticas da pesquisa ao parceiro de entrevista, para que ele não se fixe em determinados domínios narrativos. Ele deve narrar da forma mais pormenorizada possível e

não selecionar precipitadamente. Caso se desejem esclarecimentos, deve-se adiá-los para um segundo momento, a fim de não influenciar a “fase aberta”.

Justamente o “procedimento aberto de entrevista” não deixa de apresentar armadilhas para a testemunha histórica. Certamente, é sensato deixar aos cuidados do parceiro de entrevista os seus critérios de relevância, não o forçando, irrefletidamente, a entrar em uma grade de perguntas que talvez seja de todo inconveniente. Assim, o entrevistador deve intervir o mínimo possível no decorrer da conversa, na melhor das hipóteses oferecendo sempre novos incentivos narrativos, assinalando aprovação e, eventualmente, suprimindo desconfiança e resistência que desponta no entrevistado.

A mais importante virtude do entrevistador é, sem dúvida, poder ouvir atentamente. Entretanto, justamente ela expõe para o entrevistado um dinamismo inerente quase não avaliável. No começo da entrevista, ele não consegue saber qual direção tomará a conversa, sobre o que ele falará, o que ele ignorará. Nem a profundidade nem a extensão de sua exposição é previsível. Por um lado, pelo fato de não conseguir avaliar o desenvolvimento relacional – o que ele deverá ou quererá contar à sua contraparte? – por outro lado, porque ele não pode calcular as pressões da narração. Quem começa a narrar uma história está, para citar Schütze, “mais ou menos comprometido em [...] concluir a narração até ao seu âmago. Até ele chegar nisso, ele é obrigado a apresentar uma sequência lógica de acontecimentos, e nisso ele pode cair na pressão por conclusão e por detalhamento involuntário”. (Schütze, 1979, p. 184)

As pressões para narrar tomam do parceiro de entrevista, em certa medida, o controle sobre a sua narração. Nesse sentido, a entrevista sempre tem também um caráter de transferência, porque a perda de controle, tanto quanto isso seja possível, é provocada conscientemente. Tenta-se anular as regras comunicativas usuais, segundo as quais cada um, mais ou menos em condições de excluir temas indesejáveis, ignorar perguntas desagradáveis e até ocultar as coisas sobre as quais não se quer falar. Também não é prevista, nessa situação comunicativa insólita, a alternância habitual entre discurso e contestação, que dá ao narrador a possibilidade de reflexão.

Em circunstâncias ideais para o entrevistador, o entrevistado se arrisca ao falar inescrupulosamente. Ele conta coisas que nunca havia contado antes (pelo menos, ele declara isso), muitas vezes mostra, por necessidade, também um lado sombrio e, mesmo assim, não se assusta diante de contradições.

O entrevistador está entusiasmado: ele provou ser um bom entrevistador e produziu um material altamente complexo e que exige interpretação. O parceiro de entrevista sucumbiu ao encanto da narração, atendeu a todas as pressões para narrar, e também as suas omissões não lhe servirão de nada. Até mesmo elas deixaram vestígios na entrevista, os quais o entrevistador seguirá em sua interpretação.

Obviamente, esse tipo de roteiro de entrevista não é amigável em todos os aspectos para testemunhas históricas. Sem dúvida, o entrevistado pode se expor em toda a extensão; nada interrompe o fluxo de seus pensamentos, e ele está seguro do interesse dedicado do seu ouvinte. Por outro lado, isso também pode significar deixar a testemunha histórica ir direto para uma armadilha, sem que ela, aliás, precise notar isso. Na verdade, esse dilema está estruturado na decisão por um procedimento de entrevista aberto. Precisamente por isso é necessária uma abordagem reflexiva para esse problema.

Voltemos novamente para o início da entrevista. Aí ocorre, explícita ou implicitamente, uma negociação da situação de entrevista, em que se decide sobre qual fundamento o entrevistador e o entrevistado interagirão um com o outro.

O entrevistado terá poucas experiências com as circunstâncias da entrevista biográfica. Provavelmente, ele tentará se orientar em situações conhecidas: na anamnese da ida ao médico, na entrevista de emprego, na conversa de aconselhamento com um assistente social ou com um terapeuta, no interrogatório policial ou em uma troca de recordações com um amigo. A fim de poder desempenhar a função a ele destinada, ele precisa de mais pontos de referência.

Quando o entrevistado é tratado como uma testemunha histórica, considerado um perito, é inteiramente apropriado levá-lo a sério também como participante da produção da fonte. Aliás, isso não apenas por motivos ético-investigativos, mas também por motivos metodológicos. A função de um participante na produção da fonte pode motivar a testemunha histórica a contribuir da melhor forma para o êxito da empreitada. Ele se esforçará por recordações precisas, por narrar minuciosamente e também por admitir perguntas desagradáveis, porque ele está ciente da importância de sua função e faz ideia do sentido de seus esforços.

A presença do gravador, aliás, também pode contribuir para o esclarecimento da situação. Ao passo que, muitas vezes, a resistência contra esse aparelho é presumida, os parceiros de entrevista geralmente reagem de forma calma. Eles não se deixam intimidar nem mesmo por câmeras de vídeo, quando esse esforço pode lhes ser esclarecido. O gravador ou a câmera enfatizam a sua função de testemunha histórica. O

microfone está dirigido para eles e o entrevistador é remetido à função de ouvinte. Para o narrador, ele é alguém que provê temas quando o fio narrativo se rompe, ou também um tipo de “primeiro leitor” corretivo, por meio do qual são verificadas a coerência e a eloquência da história. O verdadeiro público é muito maior, e a gravação o substitui.

No geral, tenho a impressão de que as testemunhas históricas antes avaliam positivamente a gravação da entrevista, porque elas são, acertadamente, interpretadas com consideração. Nenhuma declaração deve se perder; tudo é importante. Além do mais, a gravação pode dar ao entrevistado a certeza de que as suas declarações não serão adulteradas. Pelo menos, elas estão inquestionavelmente documentadas e podem ser verificadas por ele e por outras pessoas.

Por mais que, aparentemente, se fale à vontade apesar do gravador, ele não é completamente esquecido. Isso se revela quando o parceiro de entrevista manifesta, subitamente, o pedido para desligar o gravador. Para o entrevistador, esta é uma situação desagradável: sem a gravação de áudio, a entrevista é inútil. Contudo, ele, naturalmente, também está curioso a respeito do que a testemunha histórica gostaria de lhe comunicar, por assim dizer, em segredo. Ele tentará convencer o parceiro de entrevista da insignificância da gravação, mas, quando ele não se deixa persuadir, o entrevistador provavelmente terá de desligar o gravador. Se a testemunha histórica descobrisse que ele deixou o gravador funcionando às escondidas, uma continuação confiável da entrevista seria, com certeza, dificilmente possível. Evidentemente, não se deveria perder a oportunidade de ligar novamente o gravador, o que, por sua vez, não é tão simples, visto que muitas vezes não é absolutamente compreensível, porque o parceiro de entrevista insistiu para desligá-lo antes. Às vezes, são mencionados nomes de pessoas, das quais foram relatadas justamente coisas vergonhosas, que não devem ser registradas. No entanto, com frequência os escrúpulos são confusos, o que é particularmente interessante para a interpretação.

Evidentemente, a testemunha histórica não tem chance de deixar essas passagens de fora da interpretação. Assim que a gravação é encerrada, o entrevistador a escutará muito atentamente, a fim de, imediatamente, registrar por escrito, depois da conversa, exatamente essas passagens da forma mais detalhada possível, bem como, obviamente, também tudo o que foi dito antes e depois da gravação de áudio. Especialmente depois do encerramento da gravação, com frequência, a conversa entra, outra vez, em uma nova fase: temas problemáticos podem, então, ser tratados mais abertamente, são feitas revelações, a respeito das quais se tergiversou anteriormente, de modo que, com efeito,

precisamente essas informações podem ser particularmente importantes para a interpretação posterior e, naturalmente, elas são, assim como todas as outras observações, assentadas no protocolo da entrevista.

A testemunha histórica não sai de sua dupla função: ela é sujeito ou participante da produção da fonte, mas, precisamente, também objeto de estudo do entrevistador, objeto do processo investigativo. Isso, em último caso, não está relacionado à assimetria, que é inevitável na situação de entrevista. Diferentemente de como ocorre na comunicação cotidiana, na entrevista não é prevista uma reciprocidade do mesmo nível da comunicação biográfica. A configuração básica consiste em uma pessoa narrar e outra escutar. Quase não há uma inversão do direcionamento da conversa e, desse modo, tampouco uma convergência no sentido usual, nenhum conhecer mútuo, nenhum investimento bilateral de confiança, no qual cada um renuncia a alguma coisa de si. Uma pessoa descreve, se abre, se faz atacável e vulnerável; a outra é deixada de fora, permanece alheia. O entrevistador é percebido pelo entrevistado como mero pesquisador, e é utilizado como superfície de projeção, condenado à aceitação. Por mais que as explanações do entrevistado lhe repugnem, ele parece ser o seu cúmplice, transmitindo harmonia.

Para o entrevistador, esta não é, necessariamente, uma situação fácil. Justamente quando ele é irritado por meio de comentários do parceiro de entrevista acerca de suas próprias visões da vida ou quando ele rejeita as explicações do entrevistado, ele ficará prejudicado por não poder se envolver como pessoa na conversa.

Não somente por esse motivo me parece sensato prever, ao final da entrevista, uma fase em que o entrevistador possa apresentar as suas perguntas, irritações e contradições³, na qual, naturalmente, deve-se evitar ofender o parceiro de entrevista ou levá-lo à pressão para se justificar. Levar a sério o entrevistado em sua autorrepresentação e autointerpretação deve também incluir confrontá-lo, com todo o cuidado, com suas contradições e inconsistências, a fim de dar a ele a possibilidade de entrar nessa questão, completando a sua visão. Além disso, essa revelação de reflexões e objeções garante também que, pelo menos, a fase de entrevista permaneça relativamente livre da “superioridade” oculta do pesquisador.

O fato de ele, em suas interrogações, realmente agir com tato e cuidado, já deveria ser a consequência do arranjo relacional desigual. No momento presente e

³ A respeito da fase de “conflito” na entrevista de história de vida, vide artigo de PLATO (2000).

partindo da posição do observador não participativo, os fatos, muitas vezes, parecem claros e evidentes; nas situações antigas, os acontecimentos e ações estavam, compreensivelmente, menos nítidos para o narrador participativo.

Quem não dispõe do devido grau de tolerância interessada – e isso quer dizer, poder admitir histórias e filosofias de vida diferentes das suas – não deveria conduzir uma entrevista biográfica. Por um lado, porque essa pessoa, em todo caso, não descobriria nada novo dessa fonte, por outro, porque a sua atitude seria uma imposição para a testemunha histórica, cuja tarefa não pode ser satisfazer as expectativas do entrevistador, por mais que esse propósito, inversamente, também nunca esteja totalmente ausente na descrição.

Com efeito, a narrativa biográfica, como ela é apresentada na entrevista, não é dependente de destinatários. Pelo menos, o entrevistado tentará contar a sua história de tal modo que ela obtenha aprovação. Também é de se supor que a idade e o gênero do entrevistador repercutirão em como algo é narrado. Não obstante, a narrativa tem também um caráter monológico. Os parceiros de entrevista comparam, com frequência, a entrevista com a composição de uma autobiografia. E justamente aqueles que temem a sua complexidade ou se rendem a ela, apreciam a oferta dessa representação biográfica oral. Justamente em entrevistas “ruins” revela-se, muitas vezes, que o parceiro de entrevista quer contar a sua história, por mais que o entrevistador trabalhe insensivelmente contra isso. Talvez nós sobrestimemos, por vezes, a importância do ouvinte, talvez ele seja, às vezes, pelo menos substituível.

O que, na realidade, surgiu no plano relacional, ao final da entrevista, sob essas condições delicadas? Provavelmente não foi uma relação, no sentido literal da palavra; afinal, um dos potenciais parceiros relacionais não pôde, absolutamente, se envolver. Porém, seguramente foi uma grande intimidade, como ela raramente ocorre na comunicação cotidiana. Frequentemente, os parceiros de entrevista julgam ter contado ao entrevistador mais sobre si do que a qualquer outra pessoa antes.

Certamente, não é tão fácil retornar dessa intimidade para uma forma de relação impessoal. Tanto mais admirável é que isso geralmente acaba bem. Obviamente, os dois lados aceitam o caráter excepcional da situação conversacional e, por fim, também a sua assimetria. Raramente são feitos questionamentos biográficos ao entrevistador, e poucas vezes se atinge também a expectativa ou a realização de um contato que vá além da entrevista. Antes parece que todos tomam o outro como representante: o entrevistador considera a testemunha histórica como portador de características especiais, que o

tornam interessante para a sua pesquisa; a testemunha histórica vê o entrevistador como emissário da ciência, que foi enviado para a sua investigação. Isso não exclui que se pode chegar a um encontro pessoal, que surjam simpatias, mas, na maioria dos casos, isso resulta em nada que exceda o processo investigativo.

As exigências ético-investigativas no procedimento posterior são muito dependentes do tipo de resultado final em que a fonte deve ser incluída, porque as possibilidades da anonimização são muito diversas. Quando se puder garantir que o entrevistado não será identificado, surgirão poucos problemas, por exemplo, em uma publicação científica, cujo círculo de leitores restrito, na maioria dos casos, terá pouco contato com o meio de vida da testemunha histórica. Temos uma situação diferente quando se trata de um estudo de história local ou de uma pesquisa de um campo limitado, que serão encontrados pelos leitores precisamente neste meio: então, os leitores potenciais podem, muito provavelmente, estar estabelecidos no meio próximo do entrevistado. Nesse momento, uma reidentificação deve ser levada em conta. Quando é feita uma entrevista de vídeo para uma exposição ou para um documentário, em todo caso está claro que o entrevistado está presente não somente na palavra, mas até mesmo na imagem.

A testemunha histórica deveria saber, desde o princípio, o que, afinal, será feito com a entrevista, a fim de poder incluir isso em sua exposição. Se ele precisar contar com o fato de que os seus vizinhos o reencontrarão no museu de história local, ele certamente considerará isso ao falar sobre o seu ambiente de residência, ao passo que ele, em contrapartida, falará bastante descontraidamente se ele puder partir de um círculo de leitores científico anônimo.

Em cada caso, deve se chegar a um acordo com o parceiro de entrevista a respeito do que deve e pode ser feito com a fonte produzida conjuntamente, como justiça em relação ao parceiro de entrevista, mas também como salvaguarda para o pesquisador. Pode-se chegar a esse acordo antes ou também depois da entrevista. Ele pode existir em forma escrita ou também ser registrado oralmente na gravação. Nela deveria ser explicado em qual contexto a entrevista será empregada. Além disso, ao parceiro de entrevista deveria ser garantido anonimato em publicações, contanto que isso seja possível. Na utilização em exposições, museus ou outros contextos públicos, devem ser estipulados regulamentos adicionais: a fim de evitar incertezas da lei, nesses casos é aconselhável apresentar o resultado final ao entrevistado para aprovação. No entanto, por princípio, o parceiro de entrevista deveria conceder ao pesquisador a

abertura da utilização, pois apenas quando a liberdade da pesquisa estiver assegurada, faz sentido, a partir do ponto de vista da pesquisa, o investimento em uma entrevista biográfica. Além disso, já nesse momento deveria ser resolvido, se o entrevistado está de acordo com um arquivamento posterior para a finalidade de pesquisa científica adicional.

Mesmo que o valor legal dessa declaração não deva ser sobrevalorizado, ela parecerá, ao menos, como auto-obrigação do parceiro de entrevista, um passo que ele manterá. Deveria-se esclarecer que esse acordo oferece pouco ao entrevistado. Afinal, não será concedido nenhum direito sobre a fonte produzida conjuntamente. Seria possível algo mais?

Pelo menos, poder-se-ia oferecer à testemunha histórica uma cópia da fonte elaborada conjuntamente. Todavia, a experiência mostra que é sensato entregar as gravações, e não a transcrição, porque, no caso desta última, é altamente necessário se adaptar à linguagem falada na forma escrita. Raramente a testemunha histórica tem noção da congenialidade de suas orações interrompidas e terminações de palavras desbastadas: basta uma oração, mesmo que ela satisfaça apenas de forma aproximada as regras gramaticais básicas. As reações com relação à transcrição já são por si próprias novamente dignas de interpretação. Com frequência, as testemunhas históricas gostariam de corrigir a versão escrita. Entretanto, dessa maneira surge, na melhor das hipóteses, uma segunda fonte, que poderia ser interessante para comparar com a primeira enquanto a testemunha histórica se apresenta, de modo que a primeira fonte se torna inválida com isso. Surgiria, portanto, uma grande quantidade de problemas ético-investigativos adicionais.

Interpretação e publicação

Curiosamente, na maioria dos casos é, sobretudo pela linguagem que a testemunha histórica se sente exposta e, raramente, são as suas histórias, por mais chocantes que elas possam parecer ao ouvinte. Uma irritação com os conteúdos aparece, se for o caso, primeiramente na discussão sobre a interpretação da entrevista, em que o entrevistado, na maior parte das vezes, não está irritado com as próprias declarações, mas aborrecido por ter de lidar com elas: elas estão reduzidas, tiradas do contexto e mal compreendidas. As explicações bem elaboradas sobre trabalhadores forçados e perseguição aos judeus, sobre autoestradas e a “Kraft durch Freude” (Força pela

Alegria)⁴ durante o regime nazista parecem subitamente fazer resultar um contexto que nunca foi intencionado. Os acentos estão deslocados e o entendimento com o entrevistador desmorona como um castelo de cartas.

No processo de interpretação, inverte-se o arranjo relacional: o ouvinte passivo se torna o intérprete ativo, e o narrador ativo se transforma no interpretado passivo. O suposto sujeito da pesquisa, o participante da produção da fonte, torna-se agora definitivamente o objeto. Este é um ponto de transição difícil em termos ético-investigativos. O que se pode fazer?

Há tentativas de expandir o modelo colaborativo de produção das fontes na fase da interpretação, tornando a validade de uma interpretação dependente do consentimento de um entrevistado. O entrevistado fica com a última palavra, em que, ao lado das razões ético-investigativas, a apresentação é eficaz, de modo que cabe ao entrevistado também a competência da “última instância” no que se refere a essa questão.

A possibilidade e o significado desse procedimento dependerá de quão extenso é o trabalho com o material de entrevista, o que é a consequência, por sua vez, do objetivo de pesquisa visado. Quando se trata, por exemplo, da autorrepresentação cultural de determinados grupos, o trabalho não será tão extenso quanto, por exemplo, em uma interpretação psicanalítica informada. Desde que o entrevistado efetivamente seja considerado como informante, como perito, as suas narrações e relatos através da interpretação não serão inteiramente reinterpretados, mas conservarão a sua própria opinião. Nesse caso, o entrevistado pode ser, seguramente, a “última instância de controle”. O modelo colaborativo se revela difícil, talvez até impossível, quando é feito algo com a história de vida que o entrevistado não consegue entender ou, possivelmente, até deva perceber como agressão à sua identidade.

No decorrer da interpretação, o pesquisador pode chegar à opinião de que entende o entrevistado melhor do que ele mesmo. Ele deparar-se-á com rupturas e contradições da narração, que lhe abrem caminho para interpretações ulteriores. Ele se perguntará, se o entrevistado conseguiu estar consciente de sua conduta em todos os âmbitos da vida, se ele estava em condições para falar sobre este ou aquele tema sem reservas, e quais foram os motivos para ele esquecer certos temas. A armadilha da

⁴ Nota da revisora: A “Kraft durch Freude”, uma suborganização da “Deutsche Arbeitsfront” (Frente de Trabalho Alemã), fazia parte da política nacional-socialista, oferecendo programas de lazer aos trabalhadores e funcionários.

conversa aberta, colocada na entrevista, fecha-se subitamente. A testemunha histórica está acusada, a sua autorrepresentação se fende. Enquanto ela permanece atida em seus impulsos de justificação e nas necessidades de repressão, o pesquisador pode unir novamente os fragmentos a partir da distância segura de alguém que não participa.

Por mais instrutivas que essas interpretações possam ser, elas nem sempre são apropriadas. Como intérprete, não se deveria sucumbir ao perigo de convicção a todo custo. Sem dúvida, há barreiras sistemáticas da memória, mas a omissão de determinados temas também pode simplesmente ter a ver com as condições situacionais da entrevista. Não é em toda contradição que cintila o inconsciente, visto que, possivelmente, a situação narrada era contraditória em si própria. Às vezes, um resultado incerto e contraditório é mais adequado à experiência histórica e ao parceiro da entrevista do que uma terceira interpretação convincente.

Por isso, também as autointerpretações explícitas do parceiro de entrevista deveriam formar o primeiro ponto de partida para uma interpretação. Num primeiro momento, deveria se tencionar entender a construção de sentido da testemunha histórica. Apenas num segundo momento, deveria-se verificar se ela é adequada à história de vida apresentada, isto é, quais outras construções de sentido poderiam, porventura, ser mais adequadas.

Naturalmente, eu não quero negar a necessidade de interpretação dessa fonte, mas objetivo chamar a atenção para o direito legítimo da testemunha histórica de também se ocupar seriamente com o interesse pela “averiguação da verdade”. Pode ser que a testemunha histórica tenha razão.

Pode, afinal, ser sensato ou também adequado confrontar a testemunha histórica com a interpretação de sua história de vida e, nesse ponto, torná-la até mesmo um participante? O procedimento da validação comunicativa reside na apresentação de uma situação laboral equitativa entre pesquisador e entrevistado. Na realidade, essa simetria não existe: o pesquisador é apenas intérprete de dados de outra pessoa; o entrevistado é, por sua vez, simultaneamente intérprete e agente. Ao passo que o intérprete sempre pode desenvolver e testar novas interpretações, o entrevistado deve oferecer interpretação e justificação de uma só vez: o pesquisador coloca à disposição a sua história de caso; o entrevistado, a sua identidade.

Uma confrontação do parceiro de entrevista com a interpretação do pesquisador é apenas sensata se dos dois lados há a disposição para corrigir a própria interpretação. Do parceiro de entrevista, quase não se pode esperar que ele esteja disposto a discutir a

sua interpretação com uma pessoa estranha e, em tal circunstância, alterá-la. Se, inversamente, o pesquisador estiver disposto a desistir de sua interpretação, do mesmo modo também se pode duvidar disso.

A questão de, como um todo, haver relativamente poucos problemas do trabalho interpretativo posterior com as testemunhas históricas também não reside no fato de que, por fim, da parte dos entrevistados não existe nenhum interesse contínuo no decurso ulterior das coisas, e são poucas as intersecções do mundo prático, de modo que, frequentemente, a publicação editada anos depois realmente não é notada pela testemunha histórica. De fato, praticamente não há questionamentos a esse respeito.

Apesar disso, pode ser, evidentemente, sensato ou também necessário disponibilizar ao entrevistado primeiramente aquilo que deve ser concretamente publicado. Certamente, dever-se-ia ponderar bastante meticulosamente se o respectivo entrevistado pôde ser confiavelmente anonimizado ou como ele possivelmente reagiria, se recebesse o texto para ver.

A língua também é, nesse caso, um dos pontos sensíveis numa entrevista. Certamente, o entrevistado gostaria de se reconhecer em suas declarações citadas, mas isso não precisa acontecer necessariamente por uma transcrição literal. Pelo contrário, e como já dito: justamente pela textualização de suas declarações orais, as testemunhas históricas, muitas vezes, se sentem expostas. No entanto, pelo fato de a forma de expressão supostamente falsa não raramente transmite sentido próprio, é necessário ponderar, onde ela é indispensável para a interpretação e para a sua compreensão ou onde ela pode ser retrabalhada, de forma incólume e cuidadosa, em uma linguagem coloquial mais amigável ao leitor.

Um segundo ponto sobre a palavra “publicação” refere-se à autointerpretação do parceiro de entrevista, a própria construção de sentido da testemunha histórica. Justamente quando a interpretação do pesquisador não se diferencia consideravelmente da do entrevistado, ele deve se esforçar por exatidão em sua publicação. O parceiro de entrevista tem o direito de que ele e o seu ponto de vista sejam descritos em citações pormenorizadas e apropriadas. Esta é, a meu ver, a única condição possível para que o entrevistado possa lidar de forma relativamente descontraída com a inevitável interpretação posterior do pesquisador. Por fim, o leitor é colocado na posição de poder se ocupar com ambos os pontos de vista, com a autointerpretação do parceiro de entrevista e com a proposta de interpretação do pesquisador. A responsabilidade por

uma autorrepresentação apropriada do parceiro de entrevista reside no pesquisador, que, ao mesmo tempo, abre a sua interpretação para um exame crítico.

Como a publicação, via de regra, é voltada a um público acadêmico e não ao grupo dos entrevistados, é natural decidir eventuais conflitos de fidelidade em desfavor dos entrevistados. É possível que a ambição científica fale antes em favor da própria tese arrojada e contra uma ponderação hesitante. Porém, o limite é atingido, no mais tardar, quando pela publicação há prejuízos iminentes aos entrevistados, por exemplo, se forem abaladas as relações com familiares ou vizinhos, amigos ou colegas, ou se a testemunha histórica for exposta ao ridículo.

De certa maneira, o entrevistador tomará o entrevistado como motivo de autocensura. A manutenção da tolerância interessada raramente perderá totalmente a sua eficácia. Quem, na entrevista, se envolveu na história de vida de sua contraparte e seguiu as suas explicações, provavelmente entendeu mais do que gostaria. Na interpretação, ele, sem dúvida, emergirá novamente do horizonte de compreensão do parceiro de entrevista e, certamente, o encontro com a transcrição cria uma distância maior e requer, desse modo, uma forma mais livre e mais crítica de lidar com o texto e com a testemunha histórica. Não obstante, continuará existindo um resquício de fidelidade mais ou menos grande com relação ao parceiro de entrevista, que levará a um cuidado seguro com a interpretação e com a sua publicação. Um futuro segundo avaliador muitas vezes se aproximará muito mais incisivamente do material, porque ele consegue se sentir completamente livre em relação à testemunha histórica. Essa mudança no acesso ganha importância quando se trata do arquivamento da entrevista.

Arquivamento

Quase ninguém contestará que o arquivamento de dados de pesquisa empíricos é, em princípio, sensato. Tanto para a verificação de resultados de pesquisa quanto também para avaliações posteriores, os dados obtidos deveriam ser disponibilizados a outras pessoas. Nesse sentido, por exemplo, em 1988, a comissão denominada “Autocontrole na Ciência”, da DFG – Deutsche Forschungsgemeinschaft (Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa), em seu memorando “Para a proteção de uma boa prática científica”, recomenda armazenar dados primários na instituição em que eles foram

levantados por dez anos, a fim de documentar o processo de pesquisa e possibilitar uma verificação dos resultados⁵.

No caso de dados qualitativos, acresce que eles possuem um altíssimo conteúdo informacional, que mal pode ser esgotado com uma mera análise. Por fim, o grande empenho do levantamento de dados também torna desejável uma utilização posterior.

Entretanto, com efeito, o arquivamento de entrevistas biográficas é antes a exceção do que a regra. Com demasiada frequência, o material de dados é arquivado em casa ou no escritório depois da primeira análise pelos pesquisadores, em todo caso, é tornado inacessível a outras pessoas. Um motivo considerável para a grande reserva na transferência do material reside certamente na grande sensibilidade da fonte, na medida em que uma anonimização, que, indubitavelmente, é do interesse do entrevistado, dificilmente é possível ou então contraria o interesse da pesquisa, pois, sem a possibilidade de poder situar a fonte espacial, temporal e pessoalmente, ela é inútil para muitos questionamentos.

No caso do arquivamento de dados qualitativos, os aspectos ético-investigativos estão ligados a disposições de proteção legal de dados. Nesse caso, trata-se, fundamentalmente, de harmonizar a liberdade de pesquisa da ciência com o assim denominado direito à autodeterminação informacional do indivíduo.

Em 1983, o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, em uma decisão de princípios pelo recenseamento, determinou que o indivíduo deve ser protegido contra o levantamento, armazenamento, utilização e transferência ilimitada de seus dados pessoais, porque o moderno processamento de dados levou a possibilidades de consulta e de inspeção não mais razoáveis. O direito fundamental de livre exposição da personalidade inclui, de forma inequívoca, também a autorização para o indivíduo, “em princípio, ele próprio dispor a respeito da divulgação e da utilização de seus dados” (BVerfGE 65, 43). A obtenção e a utilização de dados pessoais é, por conseguinte, admissível apenas quando a lei o permitir ou a parte afetada tiver consentido nisso.

Esse mérito de proteção especial se refere explicitamente a dados pessoais. Por outro lado, isso quer dizer que, se dados pessoais foram anonimizados, eles podem ser transferidos para outros projetos de pesquisa. Ora, uma anonimização de dados qualitativos é, contudo, como já expresso repetidas vezes, dificilmente executável de forma completa. Não raramente, uma anonimização eficaz exigiria o apagamento de

⁵ Cf. também, em seguida, Susann Kluge e Diane Opitz (1999), às quais eu agradeço pelas suas sugestões.

passagens inteiras de texto, o que, certamente, não seria desejável para interpretações posteriores.

O direito à autodeterminação informacional por meio das leis de proteção de dados está regulamentado de forma concreta em nível federal e em níveis estaduais. A lei federal de proteção de dados reconhece “fatos investigativos” especiais, aos quais são concedidos certos privilégios. Segundo esses “fatos”, a transferência, também de dados pessoais, mesmo a instituições não públicas, é possível, todavia, excepcionalmente para objetivos investigativos, ocasião em que o receptor deve se comprometer a “não utilizar ou aproveitar os dados transmitidos para outros fins” e, se os dados pessoais forem anonimizados, quando isso “seja possível de acordo com o objetivo da pesquisa” (§ 40, par. 3 BDSG).

Por isso, a proteção dos entrevistados parece difícil. Uma transferência dos seus dados com objetivos científicos sempre é possível, até mesmo sem o seu consentimento. A questão da anonimização está regulamentada de forma pouco clara: ao passo que para o pesquisador interessado em experiências biográficas e subjetivas é evidente que uma anonimização não é possível, devido a uma infinidade de objetivos investigativos, as testemunhas históricas afetadas possivelmente poderiam julgar isso de outra forma.

Aquilo que parece burlar o direito à autodeterminação informacional é, realmente, um risco calculado. De acordo com a avaliação do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, no seu parecer acima mencionado a respeito do recenseamento, o risco do uso indevido de dados na pesquisa científica é pequeno. Os cientistas estão, como está escrito, “regularmente interessados não na pessoa em si, mas no indivíduo como portador de características especiais”.

Se esse fato pode servir como consolo para o entrevistado, me parece, contudo, discutível. Em resumo, o arquivamento de entrevistas biográficas continua sendo, por um lado, um difícil processo de negociação entre a responsabilidade com relação aos parceiros de entrevista e, por outro lado, a exigência do utilizador do arquivo por uma prestação de serviço; um delicado e ousado empreendimento por um fundamento legalmente incerto, que, aliás, pode funcionar apenas quando há um esforço por um tratamento bastante responsável das testemunhas históricas. A questão a respeito de como nós mesmos nos sentiríamos como testemunha histórica, quais razões se esperaria, quais condições se aceitaria, pode ser um referencial útil para isso.

Conclusão

Voltando à minha pergunta inicial: Eu mesma estaria preparada para uma entrevista biográfica? Para a minha própria surpresa, eu constato: ao final dessa atualização crítica de todos os estágios de uma entrevista, a minha aversão diminuiu. Qual seria o motivo disso? Aparentemente, a entrevista irradia, afinal, um encanto próprio, uma sedução especial. Ela simplesmente não é apenas um empreendimento que, indiferentemente, fornece para o cientista material a ser interpretado em um estudo sobre “XY”, mesmo quando esse é o verdadeiro motivo. No entanto, ao mesmo tempo, ela oferece ao entrevistado uma possibilidade extraordinária de reflexão sobre si e sobre a sua vida até o momento da entrevista e de apresentação dela para um terceiro que escute com interesse e com paciência, sem exigir espaço para si. A entrevista biográfica é algo como um ensaio autobiográfico sem a labuta da redação e sem a peremptoriedade da palavra escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DFG-Denkschrift. Vorschläge zur Sicherung guter wissenschaftlicher Praxis. **Empfehlungen der Kommission „Selbstkontrolle in der Wissenschaft“**, Weinheim, 1998.

FUCHS, Werner. **Biographische Forschung, Kurseinheit 3: Arbeitsschritte**. Hagen: Studienbrief der FernUniversität-Gesamthochschule in Hagen, 1982.

FUCHS-HEINRITZ, Werner. **Biographische Forschung: Eine Einführung in Methoden und Praxis**, v. 2. Wiesbaden, 2000. Versão ampliada e revisada.

KLUGE, Susann; OPITZ, Diane. Die Archivierung qualitativer Interviewdaten. Forschungsethik und Datenschutz als Barrieren für Sekundäranalysen. **Soziologie. Forum der Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, v. 4, p. 48-63, 1999.

PLATO, Alexander von. Zeitzeugen und die historische Zunft. Erinnerung, kommunikative Tradierung und kollektives Gedächtnis in der qualitativen Geschichtswissenschaft – Ein Problemaufriss. **BIOS - Zeitschrift für Biographieforschung und Oral History**, ano 13, n. 1, p. 5-29, 2000.

SCHÜTZE, Fritz. Zur Hervorlockung und Analyse von Erzählungen thematisch relevanter Geschichten im Rahmen soziologischer Feldforschung. In: ARBEITSGRUPPE BIELEFELDER SOZIOLOGEN (Hg.): **Kommunikative Sozialforschung**. München, 1979.